



**OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013**

**CRITÉRIO: “MENOR PREÇO”**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br)

**PROCESSO Nº 4.552/2013**

**OFERTA DE COMPRA Nº:13010400012013OC00039**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22/07/2013**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/08/2013 às 10:00 Horas**

O Senhor José Carlos Rossetti, Coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, usando a competência atribuída pelo Parágrafo Único do artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, C.C. artigo 8º, do Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005 e da Resolução SAA nº 50, de 20 de setembro de 2007, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **“PREGÃO ELETRÔNICO”**, do tipo **MENOR PREÇO** – Processo SAA nº 4.552/2013, sendo adotado o regime de empreitada por preço global, objetivando **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS** que será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722 de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo à Resolução CC 27 de 25.05.2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 6.544 de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual nº 47.297 de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

**I. DO OBJETO**

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de manutenção corretiva de veículos oficiais, com substituição de peças, conforme especificações constantes no Folheto Descritivo que integra este edital como Anexo I.

**II. DA PARTICIPAÇÃO**

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para

AVENIDA BRASIL, 2340 - C. POSTAL 960 - FAX (019) 3743-3739/3740

FAX (019) 3743-3741 - CAMPINAS - SP CEP 13070-178

licitacoes@cati.sp.gov.br

www.cati.sp.gov.br



participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br).

2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada Pregão Eletrônico.

5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea "f", do subitem 9, ambos do item V deste edital, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

### **III. DAS PROPOSTAS**

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br) na opção PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação da íntegra deste Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) indicação da procedência marca e modelo do produto cotado, observadas as especificações do projeto básico constante do Anexo I, deste Edital;

b) preço total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

2.1. Proposta apresentada por cooperativa de trabalho deverá discriminar os valores dos insumos, especialmente os dos serviços sobre os quais incidirá a contribuição previdenciária que constitui obrigação da Administração contratante, observadas as disposições do subitem 2.3 do item V deste Edital.

3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

4. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.



5. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta deverá ser anexado arquivo contendo: planilha da proposta contendo a descrição dos valores individuais das peças a serem substituídas e da mão de obra, elaborado de acordo com o modelo que constitui o anexo IV a este Edital

5.1. Só serão aceitos arquivos contendo o(s) anexo(s) indicado(s) no subitem 5, deste item III, elaborado(s) no(s) formato(s) indicado(s) no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta.

5.2. Havendo divergência entre os valores consignados no(s) arquivo(s) indicado(s) no subitem 5, deste item III, e os valores lançados no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta, prevalecerão estes últimos.

#### **IV. DA HABILITAÇÃO**

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

##### **1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (OU cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

##### **1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos (CNDT) perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos Termos do Título VII – A da consolidação das leis do trabalho aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (Lei Federal nº 12.440/2011).

##### **1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.



a.1) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea 'a' deste subitem 1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil;

#### **1.4 OUTRAS COMPROVAÇÕES**

1.4.1 – Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto Estadual nº 42.911, de 06/03/1998.

b) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/1999;

c) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado).

#### **2. DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas (conforme regulamento CAUFESP [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)).

#### **V. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

1. No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Serão desclassificadas as propostas:

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.

b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

c) Que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação.

2.1.1. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3 Se a licitante for cooperativa de trabalho, para fins de aferição do preço ofertado, será acrescido ao valor dos serviços de que trata o subitem 2.1, item III deste Edital o percentual de 15% (quinze por cento) a título de contribuição previdenciária, que constitui obrigação da Administração contratante (artigo 22, inciso IV da Lei Federal nº 8.212 de 24/06/1991, com a redação introduzida pela Lei Federal nº 9.876 de 26/11/1999, c/c o artigo 15, inciso I da Lei Federal nº 8.212/91).

2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

4. Será iniciada a etapa de lances, com participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.



4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de R\$ 80,00 (oitenta reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

4.1.1.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o valor TOTAL do objeto desta licitação.

4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.2.1.1 Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

- a) Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicado no subitem 4.2.

5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5.1. Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado por cada licitante.

6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas, que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.



7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço válido, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas (BDI), mediante pesquisa de preços previamente realizada.

8.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar as licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) A verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste edital;

b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de *fac-símile* para o número (19) 3743-3741 ou por correio eletrônico para os endereços [licitacoes@cati.sp.gov.br](mailto:licitacoes@cati.sp.gov.br), [sonia.almeida@cati.sp.gov.br](mailto:sonia.almeida@cati.sp.gov.br).

c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, deste subitem 9, serão apresentados, obrigatoriamente, por fax ou por correio eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 1.5.1, do item IV, deste edital.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas mesmas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, deverão ser apresentados na COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL, Núcleo de Suprimentos e Patrimônio, sito na Avenida Brasil, nº 2.340 – Edifício IV, Jardim Chapadão, Campinas - SP, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

f) Para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte ou cooperativas que preenchem as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas “a” a “e” f” do item IV deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.



g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá ainda informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.

10.A licitante habilitada nas condições da alínea “f”, do subitem 9 deste item V, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.A comprovação de que trata o subitem 10 deste Item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

12.Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V.

13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.

14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 a 13, deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do mesmo item V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## **VI. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.**

1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem “1” deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, no Núcleo de Suprimentos e Patrimônio, na avenida Brasil nº 2340 – Jardim Chapadão – Campinas/SP – CEP 13070-178.

2.1. Os memoriais de recurso e as contra razões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br), opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no Núcleo de Atividades Complementares, na Avenida Brasil nº 2340 – Jardim Chapadão – Campinas/SP – CEP 13070-178 observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta de interposição na forma prevista no subitem “1” deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.



5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

7. A vencedora da licitação for cooperativa de trabalho, deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

7.1. Para apuração dos novos preços, deverá ser expurgado o acréscimo indicado no subitem 2.3, do item V deste edital, e o resultado da soma do novo preço total, com o valor do acréscimo expurgado, deverá ser igual ao valor total final obtido no certame.

7.2. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, em nova planilha a ser entregue diretamente no Núcleo de Suprimentos e Patrimônio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/CATI, avenida Brasil nº 2340 – Edifício IV – Jardim Chapadão - Campinas/SP.

7.3. Se a licitante vencedora do certame deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 7, deste item VI, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta. Tratando-se de cooperativa de trabalho observar-se-á ainda, o disposto no subitem 7.1 deste item VI.

## **VII. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO.**

1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no edital.

3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## **VIII. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

1. O objeto desta licitação deverá ser executado em até 30 (trinta) dias corridos contados da celebração do contrato e entregue no setor da Garagem da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, localizada à Avenida Brasil, 2340 – Jardim Chapadão, Campinas/SP, de segunda à sexta-feira no horário das 08:00hs às 11:00 ou das 13:00 às 16:00 horas, em conformidade com o estabelecido no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

2. A empresa proponente deverá efetuar vistoria prévia no veículo a fim de averiguar as condições do mesmo, com fornecimento de atestado de vistoria que deverá ser agendado até 01 (hum) dia anterior a licitação, o contato para o agendamento com o responsável do setor pelo Telefone: **(19) 3743-3754** – Contato: **Vinicius Roberto da Silva**, entre o período das 9:00 as 11:00hs e das 14:00 as 16:00 horas do dia marcado.

3- A empresa CONTRATADA deverá fornecer atestado de vistoria de responsabilidade do momento da retirada até o momento da devolução do veículo.





4. A execução dos serviços deverá ter início em até 02 (dois) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

#### **IX. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

1. O objeto da presente licitação, será recebido provisoriamente, em 15(quinze) dias corridos contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços, acompanhado da nota fiscal/fatura, representativa de prestação dos serviços de acordo com o estabelecido no “subitem 1 do item X deste Edital”.

1.1. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los no prazo de 03(três) fixado pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a prestação.

1.1.1 Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos da data da conclusão das correções efetuadas com base no disposto no subitem 2, 2.1 e 2.1.1, do item IX deste Edital, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento firmado pelo servidor responsável.

#### **X. DO PAGAMENTO.**

1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias (art.2º do Decreto nº 32.117 de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº 43.914, de 26/-3/1999), contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Núcleo de Infraestrutura, na Avenida Brasil nº 2340 – Jardim Chapadão – Campinas/SP – cep 13070-178, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto, na forma prevista no subitem 3 do item IX.

1.1. A discriminação dos valores dos insumos, especialmente os dos serviços, exigida no subitem 2.1. do item III deste Edital, deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

2. A retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser efetuada em conformidade com a legislação do Município que a prestação do serviço estiver envolvida em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

2.1 No caso de isenção do ISSQN, a CONTRATADA deverá apresentar declaração da Prefeitura.

2.2 A Contratada está sujeita ainda, se for o caso, a retenção do INSS, nos termos da legislação vigente.

3. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 1 deste item X começara a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

4. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.

5. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

6. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, *calculados "pro rata tempore"* em relação ao atraso verificado.



## **XI. DA CONTRATAÇÃO**

1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo III.

1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3. Constitui condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

2. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contado da data da convocação, comparecer ao Núcleo de Suprimentos e Patrimônio à avenida Brasil nº 2.340 – Jardim Chapadão – Campinas/SP – Edifício IV – cep 13070-178 para assinar o termo de contrato.

3. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 e 11, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, do subitem “9”, todos do item V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 1.1 e 1.3, ambos deste item XI, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

3.1. Essa nova sessão será realizada em prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, contado da divulgação do aviso.

3.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo DOE e divulgação nos endereços eletrônicos [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br) e [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção “e-negociospublicos”.

3.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10 do item V e subitens 1, 2, 3, 4 e 6 do item VI, todos deste Edital.

4. O contrato terá vigência partir da data da assinatura pelo período de 03(tres) meses, dentro do presente exercício.

## **XII. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO.**

1. As sanções para o caso de inadimplemento são as previstas na Resolução SAA nº 22, de 01/08/1996 e as demais previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002:

2. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP 10, de 19/11/2002;

3. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SAA nº 22, de 01/08/1996, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no endereço eletrônico [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br);

4. A empresa vencedora do certame deverá declarar conhecimento e aceitação que as multas que porventura



vierem a serem aplicadas poderão, a critério da Administração, ser descontadas da nota fiscal/fatura.

### **XIII. DA GARANTIA CONTRATUAL.**

1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

### **XIV. DA GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS**

1. A Contratada deverá emitir Certificado de Garantia dos Serviços Prestados de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do serviço, providenciando quando solicitada, o competente reparo por garantia de serviço prestado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da intimação, correndo por conta da Contratada todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transportes, mão—de-obra e manutenção dos bens, no caso de apresentar(rem) imperfeição(ões) correrão por conta da contratada, não cabendo a Contratante quaisquer ônus. Ressalvando que se o veículo não rodar 10.000(dez mil) km nesse período, por problemas dos serviços executados a garantia permanecerá até atingir a referida quilometragem;

### **XIV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso XIII, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.
4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção “e-negociospublicos” e [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br), opção “pregaoeletronico”.
5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
  - 5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.
  - 5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
  - 5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.
6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.



7. Integram o presente edital:

Anexo I - Folheto descritivo;

Anexo II – Modelo da Declaração;

Anexo III - Minuta de Contrato ,

Anexo IV – Atestado de Vistoria

Anexo V - Resolução SAA – 22 DE 01.08.96, cujo inteiro teor encontra-se, também, disponibilizado no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br), opção Legislação/Resoluções;

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Campinas, 16 de julho de 2013.

Sônia Maria de Almeida  
Subscritor do Edital



### Anexo I



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL

CENTRO ADMINISTRATIVO

Núcleo de Infraestrutura

PROJETO BÁSICO e Planilha Orçamentária nº 05/13-NIE/CATI: Reparos mecânicos em veículos oficiais pertencentes à esta Administração,  
Marca/Modelo: Ford/F4000, Ano/Modelo: 2005, Placas DMN-1055, PI 2913, Campinas/SP

Item	Descrição dos Trabalhos	Unid	Quantid	\$ Unitário	\$ Total
<b>I</b>	<b>Peças para manutenção do veículo Ford/F4000, Ano/Modelo: 2005, Placa DMN-1055, PI 2913</b>				<b>0,00</b>
1	Bico injetor	un	04		0,00
2	Arruela intermediária	un	04		0,00
3	Pino de pressão	un	04		0,00
4	Reparo	un	01		0,00
5	Parafuso	un	02		0,00
6	Arruela fechamento	un	01		0,00
7	Eixo	un	01		0,00
8	Transferência	un	01		0,00
9	Arruela de encosto	un	04		0,00
10	Retentor	un	01		0,00
11	Rolete	un	04		0,00
12	Guia de rolete	un	04		0,00
13	Válvula reguladora	un	01		0,00
14	Tampa	un	01		0,00
15	Peça deslizante	un	01		0,00
16	Bucha	un	01		0,00
17	Chapa de vedação	un	02		0,00
18	Chapa de vedação	un	01		0,00
19	Alavanca comando	un	01		0,00
20	Pistão variador do avanço	un	01		0,00
21	Came de comando	un	01		0,00
22	Porta contra peso	un	01		0,00
23	Válvula de eletroima	un	01		0,00
24	Arrastador de cruzeta	un	01		0,00
25	Bujão roscado	un	01		0,00
26	Mola de pressão	un	01		0,00
27	Válvula de retorno	un	01		0,00
28	Grupo bomba alimentadora	un	01		0,00
29	Válvula eletromagnética	un	01		0,00
30	Embolo	un	01		0,00
31	Haste de comando	un	01		0,00
32	Mola	un	01		0,00
33	Membrana	un	01		0,00
34	Junta da flange	un	01		0,00
35	Chaveta	un	01		0,00
36	Filtro de combustível diesel	un	02		0,00
37	Filtro de óleo do motor	un	01		0,00
38	Óleo do motor diesel turbo 15W40	l	10		0,00



39	Bateria 78ah	un	01	0,00
<b>II Serviços para manutenção do veículo Ford/F4000, Ano/Modelo: 2005, Placa DMN-1055, PI 2913</b>				<b>0,00</b>
1	Retifica e embuchamento da carcaça	un	01	0,00
2	Rec. do corpo distribuidor	un	01	0,00
3	Remoção, regulagem e instalação de bomba e bicos	un	01	0,00
4	Embuchamento da tampa	un	04	0,00
5	Limpeza de bicos	un	01	0,00
6	Limpeza do tanque de combustível	un	01	0,00
7	Limpeza do sistema turbo	un	01	0,00
<i>TOTAL GERAL .....</i>				<b>0,00</b>
<i>( VALOR POR EXTENSO )</i>				

NIE/CATI 11/03/2013

Prazo de execução: em até 30 (trinta) dias  
Garantia mínima: 06 meses

Orçamento elaborado por: \_\_\_\_\_

*Vinicius Roberto da Silva*  
Núcleo de Infraestrutura / CATI  
Diretor I

## ANEXO II

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

*Eu (Nome Completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_, interessada em participar no Processo SAA 4.552/2013, processo licitatório - Pregão Eletrônico nº 011/2013, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei n.º 6.544, de 22/11/89, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.*

*Local, \_\_\_/\_\_\_/2013.*

\_\_\_\_\_  
*Representante Legal*



### ANEXO III

#### MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, POR INTERMÉDIO DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL/CATI E \_\_\_\_\_, PARA OS FINS ABAIXO ESPECIFICADOS.

Processo: **SAA Nº 4552/2013**

Contrato nº **XXX/2013**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, nesta cidade de Campinas, compareceram de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, CNPJ nº 46.384.400/0002-20, neste ato representada por seu Coordenador José Carlos Rossetti, RG nº XXXXXXXX, CPF nº XXX. XXX.XXX-XX, no uso da competência conferida pela Resolução SAA nº 50, de 20 de setembro de 2007, doravante designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, \_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual sob nº \_\_\_\_\_ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº011/2013, conforme documentos constantes do Processo SAA nº 4.552/2013, pelo presente instrumento avençam um contrato para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULOS OFICIAIS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS,** sujeitando-se às normas da Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decretos Estaduais nº 49.722, de 24 de junho de 2005 e nº 2005 e nº 52.205, de 27 de setembro de 2007, do regulamento anexo a Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, alterado pelas Resoluções CC-48, de 05 de novembro de 2007 e CC-52, de 26 de novembro de 2009; e da Resolução SAA-22, de 01 de agosto de 1996, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam: rem03çe 47.297 de 06 de novembro de 2002, Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002, Lei federal nº 8.666 de 23 de junho de 1993, Lei estadual nº 6.544 de 22 de novembro de 1989 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em **Contratação de serviços de manutenção corretiva de veículos oficiais com substituição de peças**, conforme especificações constantes no Folheto Descritivo que integrou o Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2013 – Anexo I, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo SAA nº 4.552/2013.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

#### **PARAGRAFO SEGUNDO**

A prestação de serviço será por empreitada por preço global.





## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto deste contrato deverá ser executado em até 30 (trinta) corridos dias contados da assinatura do contrato, nas dependências da contratada, em conformidade com o Folheto Descritivo – Anexo I do Edital de licitação indicada no preâmbulo deste instrumento e nos prazos e condições estabelecidos, neste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O veículo deverá ser retirado e posteriormente devolvido pela CONTRATADA no setor da Garagem da Coordenadoria de Assistência Integral – CATI, localizada à Avenida Brasil, 2340 – Jardim Chapadão, Campinas/SP, de Segunda à sexta feira, 8:00 às 11:00 ou das 13:00 às 16:00 horas., mediante assinatura de Atestado de Termo de Responsabilidade.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A execução dos serviços deverá ter início em até 02 (dois) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato pelo valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) decorrente do resultado do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo deste instrumento, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O preço contratado permanecerá fixo e irrevogável.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente em até 15 (quinze dias) corridos contados da entrega do veículo, pelo servidor responsável pelo Núcleo de Infraestrutura, no local e endereço indicados no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Segunda anterior, acompanhado da respectiva nota fiscal fatura representativa da prestação dos serviços.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los no prazo de 03(três) dias, observando as condições estabelecidas para a prestação.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05(cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços mediante termo de recebimento definitivo, firmado pelo servidor responsável.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em 30(trinta) dias, (art.2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº 43.914, de 26/03/1999), contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no Núcleo de Infraestrutura, na Avenida Brasil nº 2340 – Jardim Chapadão – Campinas/SP – CEP 13070-178, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto, na forma prevista no parágrafo segundo, da Cláusula Quarta.



### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A discriminação dos valores dos insumos, especialmente os dos serviços, exigida no subitem 2.1, do item III, do Edital, deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser efetuada em conformidade com a legislação do Município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº116, de 31 de julho de 2003. No caso de isenção do ISSQN, a CONTRATADA deverá apresentar declaração da Prefeitura.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A Contratada está sujeita ainda, se for o caso, a retenção do INSS, nos termos da legislação vigente. Em caso positivo, adotar a seguinte redação, atentando-se para o preenchimento dos campos em branco:

“ – Nos termos do artigo 31, da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, alterado pela Lei nº 9.711, de 20.11.1998, Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14.07.2005, alterada pela MPS/SRP nº20, de 11.01.2007, do INSS e Medida Provisória nº447, de 14.11.2008, a CONTRATANTE reterá 11%(onze por cento), quando for o caso, obrigando-se a recolher em nome da CONTRATADA, a importância retida até o dia vinte do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou o próximo dia útil, caso esse não o seja.

- Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivale a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”,

a) Poderão ser deduzidos da base de cálculos da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela CONTRATADA a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.

b) A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança, impossibilitará a CONTRATADA a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da CONTRATANTE (Órgão da Administração) proceder a retenção/recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança ou devolvê-lo à CONTRATADA.

- A CONTRATANTE (Órgão da Administração) emitirá uma GPS – Guia da Previdência Social específica para a CONTRATADA. Na hipótese de emissão no mesmo mês de mais de um documento de cobrança pela CONTRATADA, a CONTRATANTE (Órgão da Administração) se reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma Única Guia, por estabelecimento;

### **PARÁGRAFO QUARTO**

A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o “caput”, desta Cláusula, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

### **PARÁGRAFO QUINTO**

Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”,

### **PARÁGRAFO SEXTO**

O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.



## **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5%(meio por cento) ao Mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência partir da data da assinatura pelo período de 03(três) meses, dentro do presente exercício.

## **CLÁUSULA SÉTIMA- DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS**

O valor total do presente contrato é de R\$ XXXXX,XX (-----) e onerará recursos orçamentários do Programa de Trabalho 20.606.1307.4437.0000, Elemento de Despesa 339039-80, UGE 13.01.04 – ADM./CATI.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste contrato, do Edital de Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe à CONTRATADA:

1. Designar, por escrito, o preposto responsável para resolução de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, relativas à qualidade dos serviços;
2. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.
3. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato, tais como tributos, transportes, frete, carga e descarga, etc.
4. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do contrato;
5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
6. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
7. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.
8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
9. Fornecer termo relativo à retirada do veículo das dependências da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/CATI para a execução do contrato.
10. Tratando-se de cooperativa deverá indicar gestor encarregado de representa-la com exclusividade perante o contratante.

## **CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

Sem prejuízo do integral do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, cabe ao CONTRATANTE:

1. Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;



2. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.
3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.
4. Permitir o ingresso de representantes da Contratada em suas dependências para a retirada e entrega do veículo a ser reparado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e Autárquica do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP 10, de 19/11/2002;

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A penalidade de que trata o caput desta cláusula será aplicada sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas na Resolução SAA nº 22, de 01/08/1996, garantido o exercício prévio do direito de defesa, e registrada no CAUFESP e no sítio [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br)

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes as multas que eventualmente forem aplicadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE**

Este contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 75 a 82 da Lei Estadual nº 6.544/89, e artigos 77 a 80, e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A Contratada reconhece, desde já, os direitos do Contratante nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 77 da Lei Estadual nº 6.544/89.



## PARÁGRAFO SEGUNDO

Tratando-se de cooperativa, na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o § 1º do art. 1º, do Decreto nº 55.938, de 21/06/10 com a redação dada pelo Decreto nº 57.159, de 21/07/11, o contrato será imediatamente rescindido.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia para a presente contratação

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá emitir Certificado de Garantia dos Serviços Prestados de 03 (três) meses, a contar do recebimento definitivo do serviço, providenciando quando solicitada, o competente reparo por garantia de serviço prestado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da intimação, correndo por conta da Contratada todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transportes, mão—de-obra e manutenção dos bens, no caso de apresentar(rem) imperfeição(ões) correrão por conta da contratada, não cabendo a Contratante quaisquer ônus. Ressalvando que se o veículo não rodar 10.000(dez mil) km nesse período, por problemas dos serviços executados a garantia permanecerá até atingir a referida quilometragem;

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 011/2013 e anexos;
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- c) a Resolução SAA – 22, de 01.08.96.

2. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 47.297 de 06 de novembro de 2002, Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002, Lei Federal nº 8.666 de 23 de junho de 1993, Lei Estadual nº 6.544 de 22 de novembro de 1989 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Campinas, \_\_\_\_ de julho de 2013.

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

.....

TESTEMUNHAS

**(data e assinatura da autoridade administrativa competente)**



## ANEXO IV – TERMO DE VISTORIA

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, compareceu no \_\_\_\_\_ localizado na \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, o Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, a fim de vistoriar os veículos \_\_\_\_\_, pertencente à frota da \_\_\_\_\_ objetivando a contratação de serviços de manutenção preventiva com fornecimento de mão-de-obra e materiais, sob a inteira responsabilidade da empresa a ser contratada, objeto do Pregão Eletrônico nº011/2013

Processo SAA nº 4.552/2013, \_.

Representante da (unidade licitante)

Nome \_\_\_\_\_ :Assinatura  
\_\_\_\_\_, Posto / Graduação : \_\_\_\_\_ RE

\_\_\_\_\_, Representante da Empresa

Nome \_\_\_\_\_ Assinatura  
\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_



## ANEXO V

### SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RESOLUÇÃO SAA – 22 DE 01.08.96

Estabelece normas para a aplicação das multas previstas nos artigos 81, 86 “caput” e seus §§ e 87, II, da Lei Federal nº 8.883 de 08.06.94 e 79, 80 e 81, II, da Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89.

O Secretário de Agricultura e Abastecimento resolve:

**Artigo 1º** - A aplicação das multas a que aludem os artigos 81, 86 “caput” e seus parágrafos e 87, II, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 08.06.94, e 79, 80 e 81, II da Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89, obedecerá, no âmbito da Pasta, as seguintes normas:

I – Por atraso na entrega;

a) de 0,2% ao dia até o máximo de 10 dias;

b) de 0,4% ao dia de 11 até o máximo de 30 dias;

II – Pela inexecução total ou parcial do ajuste;

a) de 20% sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

b) multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada pela obrigação não cumprida.

III – O prazo para entrega do material ou serviço ocorrerá a partir da data em que o adjudicatário receber a Nota de Empenho.

IV – Se o material ou serviço não for aceito, o fornecedor deverá substituí-lo dentro do prazo de 5 dias da comunicação da recusa, sob pena de sujeitar-se a aplicação de multa, nos termos disposto nos incisos I e II, considerada a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte à data da referida comunicação.

V – A multa deverá ser recolhida ao Tesouro do Estado dentro do prazo de 10 dias da data da respectiva notificação.

VI – O não pagamento da multa no prazo previsto no inciso anterior acarretará a sua inscrição na dívida ativa e cobrada judicialmente.

VII – Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração incidirá multa de 20% sobre o valor total do ajuste.

VIII – Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à Administração ou cobrado judicialmente.

**Artigo 2º** - A aplicação das multas previstas no artigo anterior não impede que a autoridade competente rescinda aplique ou proponha a aplicação de outras penalidades previstas nos artigos 86 e seguintes da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883 de 08.06.94 e 81 da Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89, bem como na responsabilidade civil pena inexecução total ou parcial.

**Artigo 3º** - Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso, no prazo de 5 dias úteis, consoante disposto nos artigos 109, “f” e parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883 de 08.06.94, inciso I, alínea “e” e parágrafos 1º e 2º da Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89.

**Artigo 4º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.